



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA-MINUTA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de, por inexigibilidade de licitação sob fundamento do art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93, por meio de regime de execução mediante empreitada por preço unitário, *serviços postais pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT* à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor máximo ou menor percentua
1	Remessa de documentos e telegramas por meio de fluxo postal, sem ônus para o destinatário, para serem entregues exclusivamente no endereço indicado pela ANTAQ, nos âmbitos nacional e internacional, nas modalidades convencional e expressa ou por meio de postagem eletrônica para impressão, envelopamento e postagem pela contratada.	Envelope postado	Sob demanda, com estimativa de aproximadamente 4.445 em 12 meses	Não se aplica, por se tratar de serv União, conforme Lei nº 6.538/78, fundamento do art. 25, inciso I, da prejuízo, ressalta-se que o preço p acordo com atos expedidos pelo M Ministério das Comunicações.
2	Coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada entre a ANTAQ e suas Unidades Regionais	Malote postado	Sob demanda, com estimativa de aproximadamente 720 em 12 meses	Não se aplica, por se tratar de serv União, conforme Lei nº 6.538/78, fundamento do art. 25, inciso I, da prejuízo, ressalta-se que o preço p acordo com atos expedidos pelo M Ministério das Comunicações.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de postagem de documentos, telegramas e malotes.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. **Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação sob fundamento do art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.** ~~Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica (SUPRESSÃO).~~

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária de documentos em âmbito nacional e internacional, com serviços opcionais, nas formas convencional e expressa.
- 5.1.2. Utilização das modalidades de postagens previstas contratualmente com opção de aquisição de seus respectivos serviços adicionais.
- 5.1.3. Coleta em dias úteis, com possibilidade de coleta de diversos documentos numa mesma solicitação.
- 5.1.4. Credenciamento das Unidades Regionais e Postos Avançados da ANTAQ para utilização do serviço com a frequência previamente definida.
- 5.1.5. Em localidades com impossibilidade de entrega domiciliária, o documento poderá ser retirado pelo destinatário em Agência da ECT.
- 5.1.6. Em situações de caso fortuito ou força maior, as partes estão desobrigadas a atender prazos operacionais enquanto permanecer tais situações.
- 5.1.7. Emissão, pela ECT, de comprovante de utilização do serviço.
- 5.1.8. Entrega pela ANTAQ à ECT do documento adequadamente acondicionado e descrito de acordo com a natureza do conteúdo e com os padrões técnicos da ECT.
- 5.1.9. Monitoramento das solicitações através de sistema da ECT acessível pela ANTAQ, podendo esta acompanhar ou cancelar solicitações.

- 5.1.10. Pesos e dimensões máximas de acordo com os padrões técnicos da ECT.
- 5.1.11. Possibilidade de reclamação para documentos registrados extraviados.
- 5.1.12. Postagem, mediante solicitação da ANTAQ, de documentos em Agência Própria da ECT.
- 5.1.13. Prazo de coleta pela ECT de até 2º dia útil seguinte à solicitação.
- 5.1.14. Prazo de entrega pela ECT de acordo com a modalidade de serviço contratado, observando-se origens e destinos das remessas.
- 5.1.15. Remessa, mediante solicitação da ANTAQ, com coleta domiciliar de documentos no endereço do remetente.
- 5.1.16. Remessa, mediante solicitação da ANTAQ, com coleta domiciliar de documentos, no endereço do remetente, mediante a entrega simultânea dos objetos a serem substituídos.
- 5.1.17. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliar de telegramas em âmbito nacional e internacional, com serviços opcionais.
- 5.1.18. Em localidades com impossibilidade de entrega domiciliar, o telegrama poderá ser retirado pelo destinatário em Agência da ECT.
- 5.1.19. Entrega pela ANTAQ à ECT do telegrama adequadamente acondicionado e descrito de acordo com a natureza do conteúdo e com os padrões técnicos da ECT.
- 5.1.20. Possibilidade de reclamação para telegramas extraviados.
- 5.1.21. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliar de correspondência agrupada (malote) entre a ANTAQ e suas Unidades Regionais, devidamente acondicionada em malotes específicos pela contratante, com serviços opcionais.
- 5.1.22. A ANTAQ devolverá à ECT os malotes específicos não mais utilizados em decorrência de dano ou exclusão de percurso.
- 5.1.23. Credenciamento das Unidades Regionais da ANTAQ para utilização do serviço de malote, com a frequência previamente definida, com possibilidade de alterações de percurso/frequência, inclusão, exclusão e suspensão.
- 5.1.24. Entrega pela ANTAQ à ECT do malote adequadamente acondicionado e descrito de acordo com a natureza do conteúdo e com os padrões técnicos da ECT.
- 5.1.25. Possibilidade de envio extraordinário de malotes.
- 5.1.26. Possibilidade de reclamação para malotes danificados ou extraviados.
- 5.1.27. O serviço é continuado.
- 5.1.28. Critérios e práticas de sustentabilidade:
 - 5.1.28.1. Diminuição do consumo de combustível, por meio da renovação da frota e otimização do uso de voos pelos Correios;
 - 5.1.28.2. Substituição de viagens a negócios dos colaboradores dos Correios por videoconferências;
 - 5.1.28.3. Programa Ecopostal, que consiste na doação de camisas de carteiros, malas e malotes inservíveis à empresa, mas em bom estado para serem transformados em outros objetos. Ao reaproveitar os tecidos – evitando a incineração dos itens –, a ação reduz impactos ambientais e ainda promove inclusão social e geração de renda;
 - 5.1.28.4. Coleta seletiva solidária, que destina resíduos como papel, papelão e plásticos a cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
 - 5.1.28.5. e-Carta: serviço que oferece postagem eletrônica, impressão de objeto e entrega em domicílio. A impressão é feita em papel de fonte renovável, manipulada de forma ambientalmente responsável.
- 5.1.29. A duração inicial do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. DA VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, ~~o licitante (SUPRESSÃO) a contratada~~ poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ~~ao da publicação do Edital (SUPRESSÃO) à ciência da contratada por inexigibilidade~~, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para ~~a abertura da sessão pública (SUPRESSÃO) início da prestação dos serviços~~.

6.2.1. Para a vistoria ~~o licitante (SUPRESSÃO) da contratada por inexigibilidade~~, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. Por ocasião da vistoria, ~~ao licitante (SUPRESSÃO) a contratada por inexigibilidade~~, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da ~~licitação (SUPRESSÃO) contratação~~, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.2.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo ~~a licitante vencedora (SUPRESSÃO) a contratada por inexigibilidade~~ assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.2.4. ~~A licitante (SUPRESSÃO) A contratada por inexigibilidade~~ deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da ~~licitação (SUPRESSÃO) contratação~~.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliar de documentos em âmbito nacional e internacional, com serviços opcionais, nas formas convencional e expressa.

7.1.2. Remessa, mediante solicitação da ANTAQ, com coleta domiciliar de documentos no endereço do remetente.

7.1.3. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliar de telegramas em âmbito nacional e internacional, com serviços opcionais.

7.1.4. Recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliar de correspondência agrupada entre a ANTAQ e suas Unidades Regionais, devidamente acondicionada em malotes específicos pela contratante, com serviços opcionais.

7.1.5. Todos os objetos a serem postados deverão estar em conformidade com os padrões de postagem da contratada e com a legislação em vigor.

7.1.6. O horário de funcionamento da ANTAQ e de suas Unidades Regionais é de 8:00h às 18:00h, devendo os serviços serem prestados neste intervalo de tempo, após prévio entendimento entre a ANTAQ e a contratada.

7.1.7. Os funcionários da contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados, conforme padrões da contratada, e sua circulação nas dependências da ANTAQ estarão restritas às áreas de protocolo das instalações de sua sede e de suas respectivas Unidades Regionais.

7.2. A execução dos serviços será iniciada no dia útil seguinte à assinatura do contrato, na forma que segue no presente Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. As comunicações entre a ANTAQ e a contratada serão efetuadas por meio de ofício, e-mail e contato telefônico, conforme conveniência.

8.2. O gestor/fiscal de contrato deverá realizar os devidos assentamentos nos autos de acompanhamento de execução do contrato, especialmente, quanto a possíveis inadimplimentos contratuais.

8.3. Em caso de greve de funcionários da ANTAQ, a contratante deverá remanejar força de trabalho para demandar o serviço em nível mínimo.

8.4. Em caso de greve de funcionários da contratada, a contratada deverá remanejar força de trabalho para prestação de serviço em nível mínimo.

8.5. Em caso de falência da contratada, o gestor/fiscal do contrato deverá iniciar nova contratação.

8.6. Em caso de queda dos sistemas informáticos da ANTAQ, deverão ser ativados infraestrutura de tecnologia redundante e, no que couber, procedimentos analógicos de controles internos por meio de planilha em suporte papel.

8.7. Em caso de queda dos sistemas informáticos da contratada, deverão ser ativados infraestrutura de tecnologia redundante e, no que couber, procedimentos analógicos.

8.8. Em caso de extravio de objetos postais, a contratada deverá:

8.8.1. Realizar ações de buscas no fluxo postal;

8.8.2. Ressarcir o valor do serviço executado em desconformidade;

8.8.3. Ressarcir o valor do objeto extraviado.

8.9. Em caso de dano de objetos postais, a contratada deverá:

8.9.1. Ressarcir o valor do serviço executado em desconformidade;

8.9.2. Ressarcir o valor do objeto danificado.

8.10. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.10.1. Correspondências e malotes recolhidos para o fluxo postal mediante solicitação da ANTAQ no prazo de até o 2º dia útil subsequente à solicitação, com acompanhamento por meio de sistema de solicitação da contratada;

8.10.2. Correspondências e malotes entregues ao destinatário conforme prazo estipulado do percurso, considerando os endereços do remetente e do destinatário, com acompanhamento por meio de sistema de rastreamento da contratada;

8.10.3. Monitoramento de correspondências e malotes extraviados, por meio de sistema de rastreamento da contratada;

8.10.4. Monitoramento de correspondências e malotes danificados, por meio de comunicação junto ao destinatário.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Ao menos 1 (um) meio de transporte adequado ao volume das correspondências postadas por percurso;

9.1.2. O meio de transporte deverá ser adequado ao prazo contratado;

9.1.3. 75 sacas de malotes, com seus respectivos lacres e etiquetas de identificação;

9.1.4. Adesivos das chancelas dos serviços de cartas, sob demanda esperada de cerca de 370 por mês.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

10.1. A demanda da ANTAQ tem como base as seguintes características:

10.1.1. É utilizado, como critério de medição da demanda estimada e quantidades a serem contratadas, as quantidades dos serviços executados nos últimos 12 meses, de 01/07/2019 a 30/06/2020, relativo ao contrato anteriormente em vigor de mesmo objeto. As quantidades serão contratadas sob demanda conforme expectativa descrita a seguir:

Mês	TOTAL	MÉDIA/MÊS	VALOR TOTAL
Nº de cartas convencionais despachadas	4.445	370	R\$ 51.623,65
Nº de malotes despachados	720*	60*	R\$ 84.000,00*

*Números aproximados

10.1.2. É utilizado, como critério de medição da demanda estimada e quantidades a serem contratadas, os valores dos serviços executados nos últimos 12 meses, de 01/07/2019 a 30/06/2020, relativo ao contrato anteriormente em vigor de mesmo objeto. As quantidades serão contratadas sob demanda, com custos globais conforme expectativa descrita a seguir:

ID	CONTROLE DE DESPESA – CONT-SAF-ANTAQ nº 028/2018 - 9912448767 (0623297) PROCESSO Nº 50300.009722/2018-51 ÚLTIMOS 12 MESES			
	MÊS DE REFERÊNCIA	FATURA	VALOR	PROCESSO
1	jul/19	Fatura 0000217303 (0835002)	R\$ 16.597,81	50300.014053/2019-10
2	ago/19	Fatura 0000220018 (0860552)	R\$ 16.466,55	50300.016207/2019-16
3	set/19	Fatura 0000222561 (0880540)	R\$ 12.720,29	50300.017782/2019-28
4	out/19	Fatura 0000225407 (0907513)	R\$ 12.728,05	50300.020152/2019-31
5	nov/19	Fatura 0000227542 (0929160)	R\$ 20.249,60	50300.021901/2019-47
6	dez/19	Fatura 0000230071 (0947773)	R\$ 25.368,16	50300.000595/2020-49
7	jan/20	Fatura 0000232164 (0971967)	R\$ 20.190,10	50300.002966/2020-27
8	fev/20	Fatura 0000234828 (0991241)	R\$ 22.219,79	50300.004734/2020-11
9	mar/20	Fatura 0000236795 (1015392)	R\$ 11.989,80	50300.006933/2020-56
10	abr/20	Fatura 0000238664 (1037536)	R\$ 3.887,67	50300.008660/2020-84
11	mai/20	Fatura 0000240545 (1062470)	R\$ 1.990,75	50300.010529/2020-87
12	jun/20	Fatura 0000242638 (1083374)	R\$ 4.176,24	50300.012285/2020-77

	TOTAL	R\$ 168.584,81	---

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. **A ANTAQ deverá observar as condições gerais de aceitação de objetos estabelecidas pela ECT, especificadas nos anexos ou nas tarifas/tabelas de preços, quanto a peso, dimensões, embalagens adequadas e demais normas previamente informadas pela ECT, inclusive o endereçamento completo com a utilização do CEP, estabelecidas para cada modalidade de serviço.**
- 11.13. **Indicar à ECT o endereço de entrega da fatura e os contatos do gestor/fiscal do contrato.**
- 11.14. **Para os serviços sujeitos ao monopólio postal, e no caso de não observância ao uso exclusivo da chancela de franqueamento, a ANTAQ ficará sujeita, também, às sanções instituídas na legislação pela quebra do monopólio postal.**
- 11.15. **Pela prestação de serviços previstos contratualmente, a ANTAQ pagará à ECT os valores contidos nas tabelas específicas de cada serviço, fornecidas pela ECT, e pelos serviços adicionais contratados, os valores mencionados, respectivamente, na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços, vigentes na data da prestação dos serviços.**
- 11.16. **Será de responsabilidade da ANTAQ a utilização dos serviços pelas Unidades Regionais, Postos Avançados e demais credenciados.**
- 11.17. **Utilização da chancela de franqueamento padrão fornecida pela ECT nos objetos postados, conforme especificação em contrato.**

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.22. ~~Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017: (SUPRESSÃO)~~
- 12.22.1. ~~Ø direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; (SUPRESSÃO)~~
- 12.22.2. ~~Øs direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis. (SUPRESSÃO)~~
- 12.23. ~~Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006. (SUPRESSÃO)~~
- 12.24. ~~Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada. (SUPRESSÃO)~~
- 12.25. ~~Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação. (SUPRESSÃO)~~
- 12.26. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. (SUPRESSÃO)~~
- 12.27. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários:

- Brasília-DF
- Belém-PA
- Corumbá-MS
- Florianópolis-SC
- Fortaleza-CE
- Manaus-AM
- Paranáguá-PR
- Porto Alegre-RS
- Porto Velho-RO
- Recife-PE
- Rio de Janeiro-RJ
- Salvador-BA
- São Luís-MA
- São Paulo-SP
- Vitória-ES

- 12.28. A ECT deverá fornecer os formulários e chancelas de franqueamento.
- 12.29. A ECT deverá fornecer os malotes específicos, inclusive em caso de substituição por danificação.
- 12.30. A ECT deverá guardar sigilo absoluto sobre documentos e informações envolvidos com os serviços prestados à ANTAQ.
- 12.31. A ECT deverá indenizar a ANTAQ por documentos extraviados, danificados ou com entrega atrasada.
- 12.32. A ECT deverá indenizar a ANTAQ por malotes extraviados ou danificados, cujo dano ocorreu sob sua responsabilidade.
- 12.33. A ECT deverá indenizar a ANTAQ por telegrama extraviados, danificados ou com entrega atrasada.
- 12.34. A ECT deverá prestar todas as informações necessárias à ANTAQ referentes à utilização dos serviços contratados, além de prazos e operacionalização dos serviços, especificações de postagem, tabelas e preços e suas atualizações, chancelas e formulários padronizados necessários à postagem e utilização de serviços adicionais.
- 12.35. A ECT deverá processar reclamação sobre erros de faturamento, mediante comunicação formal da ANTAQ, antes ou após pagamento da fatura, sendo eventuais créditos devidos lançados em nova fatura ou fatura do mês seguinte, devidamente discriminados.
- 12.36. A ECT deverá providenciar outros meios de atendimento a solicitações e acompanhamentos por serviços contratuais caso sistemas de informática relativos aos serviços estejam inoperantes.

- 12.37. A ECT deverá restituir à ANTAQ os documentos cuja entrega não foi possível, indicando-lhe a causa, ou tratá-los como abandonados, a critério da ANTAQ.
- 12.38. A ECT deverá restituir à ANTAQ os malotes cuja entrega não foi possível, indicando-lhe a causa, ou tratá-los como abandonados, a critério da ANTAQ.
- 12.39. A ECT deverá restituir à ANTAQ os telegramas cuja entrega não foi possível, indicando-lhe a causa, ou tratá-los como abandonados, a critério da ANTAQ.
- 12.40. A ECT enviará a fatura de cobrança para o endereço indicado pela ANTAQ em até 5 (cinco) dias antes de seu vencimento, sob pena de adiamento de vencimento.
- 12.41. A ECT se responsabiliza pelo traslado dos documentos, malotes e telegrama da sua origem até seu destino.
- 12.42. A qualquer momento, a ANTAQ poderá solicitar à ECT a inclusão ou exclusão de serviços no contrato, procedimentos estes que deverão ocorrer por meio de termo aditivo, após análise da viabilidade pela ECT quanto à inclusão.
- 12.43. Os aspectos operacionais poderão ser revistos total ou parcialmente a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório **(SUPRESSÃO) contratado.**

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

- 15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 15.16.1. Verificação por amostragem de 5%, de forma aleatória, da conformidade da postagem de correspondências aos termos deste Termo de Referência, especialmente, relativo a atraso, extravio ou dano.

- 15.16.2. Verificação por amostragem de 5%, de forma aleatória, da conformidade da postagem de malotes aos termos deste Termo de Referência, especialmente, relativo a atraso, extravio ou dano.

- 15.16.3. Processamento de reclamações de usuários internos do serviço quanto a eventuais desconformidades aos termos deste Termo de Referência.

- 15.16.3.1. Constatada a desconformidade, a reclamação será computada no respectivo indicador de medição de resultado.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da

situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. ~~Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.~~(SUPRESSÃO)

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	---------------------	--

18. ~~ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO~~(SUPRESSÃO)

19. REAJUSTE

19.1. ~~Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.~~(SUPRESSÃO)

19.1.1. ~~Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice XXXX exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.~~(SUPRESSÃO)

19.2. ~~Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.~~(SUPRESSÃO)

19.3. ~~No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.~~(SUPRESSÃO)

19.4. ~~Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.~~(SUPRESSÃO)

19.5. ~~Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.~~(SUPRESSÃO)

19.6. ~~Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo~~(SUPRESSÃO)

19.7. ~~O reajuste será realizado por apostilamento.~~(SUPRESSÃO)

19.8. Pela compra de produtos e utilização dos serviços constantes no pacote contratado, a CONTRATANTE pagará aos CORREIOS os valores contidos nas tabelas de preços e tarifas vigentes.

19.9. O reajuste das tabelas e tarifas mencionadas e dos valores mínimos dos Pacotes de Serviços, observará a periodicidade legal mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data do início da vigência da tabela, independentemente da data de inclusão do serviço ou produto neste contrato.

19.10. O prazo estipulado no subitem 19.9 poderá ser reduzido, se o Poder Executivo assim o dispuser.

19.10.1. Independente do procedimento de reajuste, os valores definidos para os serviços prestados e para os produtos vendidos poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

19.10.2. **Havendo forma de valor e reajuste distintos daqueles previstos no subitem 19.9, os mesmos serão estabelecidos nos Anexos dos serviços Específicos.**

19.10.3. **A revisão das tarifas dos serviços prestados pelos CORREIOS será promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em conformidade com o Art.70, I da Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, combinada com o Portaria nº152 de 09 de julho de 1997 do Ministério da Fazenda.**

19.11. **O valor mínimo de faturamento será revisto quando da atualização das tabelas e tarifas ou dos Pacotes de Serviços**

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. Trata-se de contrato que envolve a execução de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra;

20.1.2. Trata-se de serviço sob monopólio da União, conforme Lei nº 6.538/78, com contratação sob fundamento do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, sob execução da empresa pública *Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT*, onde não é previsto na política de serviços monopolizados da ECT a garantia da execução.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.2.2.5. ~~0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;~~(SUPRESSÃO)

21.2.3. ~~Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;~~(SUPRESSÃO)

21.2.4. ~~Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;~~(SUPRESSÃO)

21.2.5. ~~Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.~~(SUPRESSÃO)

21.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; (SUPRESSÃO)	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. ~~Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:~~ **(SUPRESSÃO)**

21.5.1. ~~tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;~~ **(SUPRESSÃO)**

21.5.2. ~~tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;~~ **(SUPRESSÃO)**

21.5.3. ~~demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;~~ **(SUPRESSÃO)**

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ~~ou deduzidos da garantia;~~ ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. **(SUPRESSÃO)**

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 29/04/2021SEI/ANTAQ - 1089244 - Termo de Referência-MINUTA
- 21.12.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
22.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (SUPRESSÃO)
23.

ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
- 23.1.

O custo estimado da contratação é de R\$ 136.000,00 ao ano.
24.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- Valor estimado: R\$ 295.000,00
- Elemento de Despesa: 3390.39.47
- Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 26.122.2126.2000.0001

Brasília-DF, 05 de agosto de 2020.

VINÍCIUS DOS SANTOS LIMA

Coordenador de Gestão de Documentos

Anexo I

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) (Avaliação da qualidade dos serviços)

MODELO

Indicador 01	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir entrega de fato das correspondências e malotes no prazo estipulado em sistema da contratada, conforme CEP de origem e destino.
Meta a cumprir	95% da finalidade no prazo contratual
Instrumento de medição	Sistema de rastreo da contratada
Forma de acompanhamento	Verificação no sistema de rastreo da contratada pelas unidades organizacionais demandantes da contratante Comunicação pelas unidades organizacionais demandantes da contratante ao fiscal de contrato sobre atrasos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	(Data do recebimento das correspondências e malotes - Data de envio das correspondências e malotes) + 1 = prazo da entrega das correspondências e malotes ==> das correspondências e malotes foram entregues no prazo? Sim/Não (Soma das correspondências e malotes enviados e recebidos com atraso/Total das correspondências e malotes enviados) x 100 = Y 100 - Y = Faixa de ajuste
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	1) Acima de 95% = 100% do valor da fatura. 2) 90% a 95%= 95% do valor da fatura. 3) 80% a 89% = 85% do valor da fatura.
Sanções	- Uma ocorrência de faixa inferior a 95% – advertência - Mais de uma ocorrência de faixa inferior a 95% – multa de grau “1” nos valores e limitações constantes no item “16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” deste Termo de Referência.
	Não se aplica.

Observações	
-------------	--

Indicador 02	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir entrega de fato das correspondências e malotes sem danos que inviabilize seu uso pelo destinatário.
Meta a cumprir	95% da finalidade no prazo contratual
Instrumento de medição	E-mail
Forma de acompanhamento	Comunicação do destinatário ao fiscal de contrato com descrição do dano, ratificando a inutilização da correspondência ou malote para o seu fim proposto, com fotografia do dano.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	(Soma das correspondências e malotes enviados e danificados/Total das correspondências e malotes enviados) x 100 = Y 100 - Y = Faixa de ajuste
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	1) Acima de 95% = 100% do valor da fatura. 2) 90% a 95% = 95% do valor da fatura. 3) 80% a 89% = 85% do valor da fatura.
Sanções	- Uma ocorrência de faixa inferior a 95% – advertência - Mais de uma ocorrência de faixa inferior a 95% – multa de grau “1” nos valores e limitações constantes no item “16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” deste Termo de Referência.
Observações	Não se aplica.

Indicador 03	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir entrega de fato das correspondências e malotes ao destinatário, sem extravio.
Meta a cumprir	95% da finalidade no prazo contratual
Instrumento de medição	E-mail
Forma de acompanhamento	Comunicação do destinatário ao fiscal de contrato ratificando o extravio da correspondência ou malote.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	(Soma das correspondências e malotes enviados e extraviados/Total das correspondências e malotes enviados) x 100 = Y 100 - Y = Faixa de ajuste
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	1) Acima de 95% = 100% do valor da fatura. 2) 90% a 95% = 95% do valor da fatura. 3) 80% a 89% = 85% do valor da fatura.
	- Uma ocorrência de faixa inferior a 95% – advertência

Sanções	- Mais de uma ocorrência de faixa inferior a 95% – multa de grau “1” nos valores e limitações constantes no item “16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” deste Termo de Referência.
Observações	Não se aplica.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius dos Santos Lima**, **Coordenador de Gestão de Documentos**, em 05/08/2020, às 01:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1089244** e o código CRC **7F670328**.

Referência: Processo nº 50300.012549/2020-92

SEI nº 1089244

Criado por [Vinicius.Lima](#), versão 117 por [Vinicius.Lima](#) em 05/08/2020 01:52:18.